

Entrevista de Dom Pedro Casaldáliga dada ao jornalista Francisco Couto Teixeira, para o "Estado de S. Paulo", publicada em 12-05-77. O Bispo de S. Felix do Araguaia, ao mesmo tempo que responde as acusações que lhe são feitas, dá uma visão da Igreja no Brasil e na América Latina, que deve ser encarnada no Evangelho e, automaticamente, comprometida com a realidade, com a luta, com os problemas e as esperanças dos homens. São dimensões novas do Evangelho e do sentido da sua missão salvífica.

Eis os termos da entrevista:

NOVAS DIMENSÕES DO EVANGELHO

— O que leva a Igreja a enfrentar esses problemas e conflitos?

Antes de abordar a questão específica da Igreja no Brasil, poderíamos distinguir dois aspectos. Um fundamental em estrutura de Igreja, que é a sua essência, e outro mais histórico. Seria lembrar que o Deus em que nós acreditamos é um Deus feito homem. A encarnação é o mistério que historicamente faz a Igreja. A verdadeira Igreja de Jesus Cristo deve ser encarnada no Evangelho e automaticamente comprometida com a realidade, com a luta, com os problemas e as esperanças dos homens. Uma Igreja, engajada, o que nada mais é que uma tradução profana de encarnada.

Sobre os aspectos históricos, destaca-se o Vaticano II, que foi o momento mais significativo. Representou principalmente uma divisão de águas, a própria consti-

tuição sobre Igreja. Depois a encíclica "Gaudium et Spes" complementou, falando das esperanças, das alegrias, dos problemas de todos os homens. A Igreja volta-se para a realidade, tentando superar a dicotomia espírito/corpo — existência/eternidade.

Numa visão da América Latina, o mais importante foi o documento de Medellín, uma consequência do espírito do Vaticano II e que representou uma nova dimensão de Igreja não só com relação à América Latina, mas como para todo o chamado Terceiro Mundo.

E como isso veio a se refletir no Brasil?

A partir dos problemas que vem enfrentando, perseguida por defender os mais pobres, os oprimidos, a Igreja se viu forçada a arriscar-se. Mais concretamente ainda nestas regiões da Amazônia legal, a problemática terra — esta é a palavra

chave — obrigou a Igreja a ser mais ou menos sensível e a entrar na jogada mais concretamente.

Não havia sentido em nos preocuparmos em formar comunidades eclesiais de base se nem mesmo havia comunidades. Não havia de ter comunidades se se tem um povo retirante, instável, e não se tem um povo estável, se este povo é lavrador, não tem uma carreira a se fixar, uma coisa prendia a outra.

Depois, providencialmente, foram criados esses organismos flexíveis como o Cimi (Conselho Indegenista Missionário), a Comissão Pastoral da Terra. Esses organismos providenciaram então um compromisso e uma ação da Igreja mais realista, mais atuante, aproveitando também um terreno já preparado, entrando de concreto no problema do dia-a-dia.

Como é encarada essa nova dimensão de Igreja no Brasil?

Embora tenha-se perdido um pouco depois, alguns elementos da Igreja com a consciência mais filosófica, mais sociológica o teológica mesmo, libertando-se de uma cultura tradicional estereotipada, sentiram que a Igreja dialoga com o marxismo agora como já dialogou com tantas filosofias, doutrinas, políticas e culturas diferentes, durante os séculos. Outros sentiram o medo e a censura.

Se de um modo ou de outro a humanidade está sendo atingida pelo marxismo hoje, seria uma omissão criminoso se a Igreja não se preocupasse em dialogar. Primeiro para conhecer e saber distinguir (a ignorância nesse particular é máxima e, para muitos, marxismo comunismo e socialismo é uma coisa só) e, em segundo lugar, seria até uma falta de fé se achássemos que o Evangelho não seria capaz de dialogar com o marxismo, se foi capaz de dialogar com o Império Romano. Quando digo dialogar, é apenas para conhecer o poder ser sal, luz e fermento nisso.

Mais ainda, o leigo tem sido reconhecido como um elemento atuante, tão Igreja como padres e bispos, com a úni-

ca diferença de que um tem os ministérios e outro não. Todos têm a mesma missão, ou seja, anunciar o Cristo, a palavra do Evangelho. A partir daí existe uma exigência maior da Igreja que deve reconhecer os problemas também do leigo e assumir com ele.

Como se coloca o clero diante desta nova dimensão de Igreja, a partir do Vaticano II?

Ninguém tem podido negar ou contestar pública ou explicitamente, qualquer posição tomada pelo papa, pelo Vaticano, assim como, para mim, nenhum bispo pode contestar qualquer documento da CNBB. Acho até bom quando um bispo qualquer diz não concordar pessoalmente com os documentos, mas, a partir do momento que foi votado e aprovado, não há o que discutir sobre sua validade.

Gosto mesmo que todos digam o que pensam realmente, como eu gosto de dizer o que penso. Respeitamos por exemplo as opiniões de d. Sigaud, com quem posicionalmente não concordamos, mas que se mostra como um homem que diz o que pensa e pelo menos é honesto consigo mesmo. Sabemos disso e respeitamos.

Até que ponto estas opiniões interferem e provocam divisão na Igreja?

Mais que um reflexo dessa divisão, é o reflexo de uma formação que temos, ou seja, dogmática, monolítica, autoritária, absolutista, definitiva. A Igreja "tossia" e todo mundo respeitava. A Igreja dizia, mandava, prendia, e aquilo era imutável. A Igreja já fez muito do que hoje censuramos, mas a ela interessa sempre manter uma imagem. A nós (Igreja interessa mais a imagem da unidade do que a própria unidade. No fundo não fazemos muito para estarmos separados ou divididos, mas que "pelo amor de Deus" não pareçamos separados ou divididos. Acho que realmente o que existe no fundo é uma falta de fé. Nós não deveríamos nos preocupar em salvar a Igreja, pois ela salva-se por si.

Acontece também que temos uma visão de Igreja voltada para cima, quando a Igreja não existe para si e sim para o mundo. Evidente que ela tem um tipo de função (como os sacramentos), mas, como tal, é uma missão para o mundo.

Qual o verdadeiro problema que a Igreja enfrenta na Amazônia?

O fato do regime ou governo focalizar a Amazônia legal como reserva de investimentos, isso a partir dos interesses do sistema, significou automaticamente uma política com organismos, projetos e outras coisas. Criou-se então o organismo Sudam, que tenho chamado algumas vezes de "prostituta do latifúndio". A Amazônia legal passava a ser então objeto de incentivo para o gado (fundamentalmente o que conhecemos como mais conflitivo), para o minério e para as estradas, como infra-estrutura a favor do próprio gado, do próprio minério. Aí tudo aquilo que significasse empecilho para estes projetos (que por um lado eram ultra-grandiosos e por outro ultra-acele- rados) eram mal vistos. Os grandes primeiros e anteriores empecilhos eram os próprios índios. Depois os posseiros e lavradores.

Acontece que por causa dos próprios incentivos, por sausa da acumulação de capital, cada vez mais em poucas mãos, e por causa ainda da multinacionalização das próprias empresas (e acho também por causa da própria dívida externa onde estamos mergulhados e praticamente nos afogando), a Amazônia legal passou a ser não só uma grande reserva para incentivos, mas também uma reserva para as empresas multinacionais e nacionais.

Agora, sobretudo as empresas multinacionais cobram previamente uma garantia de segurança. E então, se índio atrapalha, se posseiro atrapalha e se a Igreja acolhe o índio e o posseiro, ela também atrapalha. Esse, inclusive, é o comentário nas repartições públicas de Brasília. Acontece que os posseiros e índios não

têm possibilidade alguma de voz e voto, não se fazem ouvir pelos meios de comunicação e a Igreja, tendo esta possibilidade, é nosso dever nos fazermos porta-voz das necessidades desse povo, das injustiças a que eles estão sendo submetidos.

Qual a solução que vê para estes problemas?

A única medida real, a longo prazo, seria uma verdadeira e radical reforma agrária. Com isso estou querendo dizer uma transformação do sistema, senão não há possibilidades. Mas haveria um modo de minimizar o problema, se fossem respeitados os posseiros, suas regiões, as pequenas populações e o povo em geral que vive espalhado por esta terra imensa.

Que ponham um pouco, o mínimo destes incentivos fiscais que estão oferecendo para o resto dos grandes (a minoria dos grandes) nas mãos destes lavradores e acompnhem os resultados. Mas quem é que pode enfrentar por exemplo uma multinacional que tem um Delfim Neto como principal sócio (como é o caso da fazenda Bordonha, que estrangulou o povoado de Sarno) e também agora a Copersucar, etc.

Como estas pressões internas e externas interferem na pastoral para a Amazônia legal?

Primeiro, interfere em algumas Igrejas que estão em contato direto com esta realidade concreta e se comprometem menos porque vêem o problema com menor clareza, porque ficam com medo de dividir, ou são alertados. Segundo, porque a própria opinião pública se divide também. E a situação, as forças de opressão, interesseiras, se sentem mais fortes com isso, alegando que não é a Igreja total que se manifesta.

Aí, parece-me que há um grande erro por parte de muitos elementos da Igreja que não conseguem ver esse país como

um todo, querendo dividir o urbano do rural e querendo evitar tanto aquela famosa divisão da Igreja, portanto, dividindo-a. Dizem: "Eu sou a Igreja Urbana e vocês a rural..." Ora, quem é tão ingênuo de pensar hoje que um problema rural não seja esquematicamente urbano? As favelas deste país são compostas de homens do campo que perderam sua própria vocação agrícola. Os bóias-frias da cidade são o quê? Todos estes 30 milhões de migrantes (estatística oficial) de Estado para Estado, cidade para cidade. E estes 10 milhões de famílias, segundo o Inera, são o quê? Estes não estão no campo, estão na cidade. Acho ótimo quando D. Paulo Evaristo diz que o maior problema da pastoral no Brasil é a migração. Temos que concordar perfeitamente que, quando se fala em migração, fala-se automaticamente em problema agrícola como ponto de partida e urbano como ponto de chegada.

Como se comporta o rural no urbano?

Parece-me que o problema da migração, rural/urbano, não deve ser considerado como uma simples passagem de um lugar para outro mas sobretudo a passagem de um lugar que, sendo campo, tem seus condicionamentos, suas possibilidades, para um outro lugar, que, sendo cidade, tem também seus condicionamentos, seus problemas. O sujeito leva para a cidade, por exemplo, uma cultura rural, uma nostalgia e saudade rural, medo, tradições, e entra na cidade completamente despreparado. Assim, além dos problemas objetivos que a cidade tem, existe o choque rural/urbano.

Parece que o problema maior é de perceber o que leva o homem do campo a sair para a cidade, o que não é só problema de Igreja. Organismos estatais e particulares deveriam também se preocupar e encarar o problema de frente. É preciso que se dêem condições ao homem do campo para que ele se fixe em sua terra. A Igreja contribui a seu modo.

Como a Igreja se prepara para esse trabalho?

Parece-nos aí que falta ainda para os chamados "homens de Igreja" uma formação e atitude estritamente política. Porque a Igreja, como tal, sempre foi humanitária, social, mas de política existe apenas a interna. Não há como conseguirmos uma consciência política do mundo, se não pregarmos a política. Não aquela tradicional de manutenção do poder, mas, se existe um valor humano que condiciona todos os valores humanos da sociedade por que se assombram quando a Igreja faz questão de pregar a política? Não estou dizendo também em proselitismo, partidarismo ou qualquer outra coisa mas à medida que aquele que é cristão, que é Igreja tiver consciência política, mínima que seja, e assumir uma atitude comprometida com o povo, compreenderia perfeitamente a função da Igreja no mundo e, por exemplo, a finalidade das CEB (Comunidades Eclesiais de Base). Se estas são bem realistas, encarnadas na realidade, pensam, refletem e se comprometem; cada vez mais forçarão a sociedade a se transformar. E nós, Igreja, estamos querendo é isto: fermentar a humanidade e o mundo. Existe aí uma falta de energia em encarar a realidade e deixar essa política comprometida com poderes.

Como vê essa participação política na Amazônia legal?

A Igreja está sempre suprindo a sociedade. Faz um pouco de Inera, Ministério da Saúde, Educação, Relações Públicas, etc. Já que ninguém faz isso, é preciso que façamos, mas não vou negar que já tenha passado a hora da esmola. Aí eu entenderia a palavra de Jesus Cristo: "Pobres existirão sempre entre vocês". Mesmo que se organize a previdência social de forma maravilhosa, sempre haverá pobres e aí haverá necessidade de uma esmola, e a necessidade de que a Igreja supra esta estrutura. Oxalá cada vez menos.

A Igreja deverá assumir responsabilidade do Estado até quando?

Uma coisa é suprir e substituir uma coisa onde realmente não há, e outra é ter aquela mania (ou obsessão) de substituir. Ou seja, temos que ter colégios nossos, hospitais nossos, jornais nossos. Temos, ao contrário, é que caminhar, para mais tarde podermos dizer que a sociedade tem isso tudo. Agora, precisamos ter maior flexibilidade e reconhecer as necessidades nos locais onde realmente há carência. O problema não é perder o ensino, a assistência e sim, perder seu poder de sal, luz e fermento, que é mais sério. Se isto ocorresse, aí sim, a Igreja reconheceria que sua função no mundo estava terminada.

Quais as épocas da história da Igreja em que ela exerceu em sua plenitude a função de fermento na sociedade?

Nunca. Nem mesmo no cristianismo primitivo. Daí vem o relativismo da nossa esperança e o absolutismo de nossa utopia. Não podemos ser ingênuos. A primeira Igreja, aquelas comunidades de base iniciais não eram melhores que as nossas. Porque celebravam cada eucaristia, cada fala eucarística, que São Paulo teve que reagir, gritar e excomungar. É evidente que eles tinham uma memória muito mais imediata de Cristo e um compromisso muito maior e mais livre, também porque apanharam muito mais que nós. Por outro lado, uma das melhores fases é a que estamos vivendo atualmente. De renovação e transição.

Acredita que a Idade Média, teria sido a tentativa primeira de restabelecer o reino de Deus na Terra?

Eu acho que a história não se repete nunca. Mas parece-me que na Idade Média se caiu na idéia da cristandade e, como isso, na ilusão da sociedade perfeita (que a Igreja seria), e nós devemos é pretender cada vez menos isso. Não que

eu seja também de um secularismo ultra, mas temos é que acreditar que estamos partindo para uma nova sacralidade.

Todas estas diversas manifestações que existem por aí, desde spiritismos até espiritualismos orientais, pentecostalismos, e outras coisas, no fundo estão também puxando à superfície o que está na base do coração humano. Essa nova sacralidade será muito mais livre, muito menos estruturada e muito menos paralela à vida. O grande erro é achar que a Igreja será a sociedade perfeita.

Por que acha que a Igreja está passando sua melhor fase agora?

Parto do princípio de que estamos acostumados a achar que a melhor fase é aquela em que estamos vivendo, porque é a que estamos sentindo e na qual podemos nós mexer um pouco.

Agora, tudo que estamos trazendo da história é sumamente válido. O Vaticano II que se fixou em nosso tempo, e esta vontade grande de dialogar realmente com o mundo e de superar até o mundo, é importante. A Igreja está sempre em transição, mas essa atual é maior, porque o questionamento é muito mais interno que em outras épocas e muito mais aberto, porque tem os meios de comunicação e a consciência crítica da humanidade que exigem e possibilitam isso.

Como está se fazendo o trabalho de pastoral na Amazônia legal?

Primeiro é preciso deixar claro que a Amazônia legal é muito grande e o trabalho é muito diversificado. Parece-me, no entanto, que o melhor trabalho que está se fazendo na Amazônia legal é aquele em que se parte de um levantamento da realidade local (sociológico, econômico e até político). Em segundo lugar, se procura dar valor ao povo local e a partir daí procura-se organizar as comunidades eclesiais de base.

Toda comunidade que não se inicia com esse levantamento da realidade concreta é uma comunidade sem base e chega num momento em que se satura de uma reflexão puramente espiritual, sem sentir-se encarnadas na vida, passando a ser apenas mais um movimento, mais uma organização, como foram as Terceiras Ordens, Ação Católica, cursilhos etc.

O que caracteriza uma comunidade eclesial de base?

Num dos últimos encontros do Regional Centro-Oeste, parece que se conseguiu esclarecer, e até mesmo sintetizar, o que seriam as CEB.

Previamente se fez a distinção sociológica de comunidade e comunidade de base, distinguindo-a bem de aglomerado, conglomerado, grupo, movimento, sindicato, etc.

Em síntese, CEB ; considerado um grupo reduzido, mais ou menos homogêneo, nos interesses, nos problemas e, evidentemente, na fé. Onde haja um nível de igualdade praticamente, mesmo no sentido sócio-econômico, apesar de que isso exige um trabalho mais complexo.

Igualdade no sentido de haver as mesmas possibilidades de diálogo, de decisão, de assumir juntos, de compartilhar plenamente, mesmo tendo cada um as suas funções.

Depois também é indispensável que tudo isso se traduza em ação, pois, caso contrário, vira um gueto, uma reuniãozinha, não é mais comunidade. Tem que ser aberto a outras comunidades e à comunidade envolvente, que é o mundo todo. E, se aberto, terá que ser automaticamente atual, assumir as condições que se impõem.

Costumamos dizer, com relação a isso, que se chamam comunidades eclesiais de base por dois motivos: porque são mesmo a base de uma nova sociedade e de uma Igreja nova e porque estão na base, que é o povo.

Historicamente, a Igreja sempre buscou uma renovação a partir da classe média e, agora, de repente, começa com um trabalho dirigido para o meio rural, uma pastoral engajada. Qual a perspectiva para a classe média hoje?

Eu, francamente, não vejo outra saída; só tentando se converter ao povo. Digo isso no sentido em que nós somos classe média (e vamos morrer classe média) e continuaremos a ser de um modo ou de outro, mas podemos e devemos fazer um esforço de perder privilégios, de perder segurança, de perder comodidades. E, em segundo lugar, de entrar na "jogada" do povo com todo o compromisso.

Se alguém, ao assumir isso, perde seu cargo, seu trabalho oficial, se eu, ao assumir o trabalho com o povo perco a conceituação do nuncio ou até do episcopado nacional e me mandarem embora, ou qualquer outra coisa, isso seria a lógica simplesmente da encarnação.

Parece-me que nesta hora, sobretudo, a tal igreja no Terceiro Mundo teria uma missão bem concreta. Em síntese, diria que deveríamos anunciar tanto a justiça quanto a pobreza, quer dizer, sempre em ordem da libertação do homem, a libertação total. A justiça para libertar o oprimido, o pobre, o marginalizado, e a pobreza para libertar o burguês, o rico. Isso a igreja só pode fazer se, além de falar (e sobretudo antes de falar), a Igreja viver. Como eu vou anunciar a pobreza a outros burgueses como eu e continuo burguês? Quando falo em suprimir estes privilégios, é porque do contrário estaríamos apenas brincando de palavras.

"Aqui é um pouco daquilo que Gustavo Gutierrez coloca a respeito da terceira via em matéria sócio-política. Acredito que o socialismo mudou, muda e mudará, se aproximará deste ou daquele, mas uma terceira via como tal acho que não existe. Ele citava o problema dos morcegos, "que não quiseram ser nem pássaros nem ratos", então a terceira via seria isso, morcegos. E nós às vezes estamos querendo fazer um pouco de morcegos, e morcego só serve para andar de noite, não é nem luz, nem sal, nem fermento nesse mundo.